



# Imperialidade: uma breve crítica

*Imperiality: a brief critique*

*Imperialidad: una breve crítica*

Rodrigo de Paula Abi-Ramia<sup>1</sup>

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p22

Recebido em: 30 de janeiro de 2021

Aprovado em: 13 de março de 2022

## Resumo

*O artigo apresenta uma crítica pontual ao conceito de Imperialidade proposto por Luciana Ballestrin. Buscamos não sua desconstrução, mas a consolidação da proposta que aproxima os debates do Imperialismo e da Colonialidade e tem grande potencial para a explicação das Relações Internacionais contemporâneas.*

*Palavras-Chave: Imperialismo; Imperialidade; Colonialidade.*

## Abstract:

*The article presents a specific critique on the concept of Imperiality proposed by Luciana Ballestrin. We seek not to deconstruct but to consolidate the proposal that brings together the debates of Imperialism and Coloniality and has great potential for explaining contemporary International Relations.*

*Key words: Imperialism; Imperiality; Coloniality.*

## Resumen:

*El artículo presenta una crítica específica al concepto de Imperialidad propuesto por Luciana Ballestrin. Buscamos no deconstruir sino consolidar la propuesta que acerca los debates del Imperialismo y de la Colonialidad y tiene un gran potencial para explicar las Relaciones Internacionales contemporáneas.*

*Palabras clave: Imperialismo; Imperialidad; Colonialidad.*

<sup>1</sup> Doutorando no programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (2018-2020) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

## Introdução

Enquanto o debate do imperialismo se desenvolve sobretudo no marxismo, a abordagem decolonial o critica, incluindo-o no rol das abordagens dominantes eurocêntricas. Esta teoria aponta, ainda, que a dominação de classe (preconizada pelos marxistas) é apenas uma das formas de dominação presentes na colonialidade. Em comum, ambas analisam o sistema de dominação global capitalista eurocêntrico e apresentam ferramentas interpretativas para as relações internacionais daí surgidas.

A socióloga Luciana Ballestrin (2017) é uma das autoras que percebe a necessidade de uma convergência entre conceitos presentes nos dois debates proponto um encontro na “Imperialidade<sup>2</sup>”, conceito que seria essencial para o entendimento da colonialidade. Este artigo visa realizar uma crítica a essa leitura, apresentada no artigo *Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*. Longe de descartar a proposta, a ideia é contribuir para seu enriquecimento, por acreditarmos no potencial que esses debates têm conjuntamente.

Assim, a primeira seção dedica-se à apresentação sintética de ambos os debates e de alguns de seus conceitos chave. Na segunda parte o artigo interpõe uma crítica formulada a partir da concepção de imperialismo apresentada pela autora. Na terceira abordam-se questões relacionadas aos agentes não estatais e sua atuação na contemporaneidade e, por fim, a quarta seção dedica-se a uma crítica mais específica à leitura que faz Ballestrin do conceito de governança global, que estrutura a ideia de imperialidade. Breves considerações finais encerram o artigo.

2 O conceito não surge com a autora, mas é a sua visão que está aqui sendo debatida.

## Os debates

O debate do imperialismo surge na virada do século XIX para o XX. Esta discussão demonstrava grande penetração na atuação política e popular, não se desenrolando como um debate acadêmico. Este debate “clássico” do imperialismo se deu entre nomes como John Hobson (primeiro autor a teorizar o imperialismo), Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Karl Kautsky. A leitura que se sobressai como a mais apurada ao longo da história é a de Vladimir Lênin, expoente revolucionário russo. Quando tratarmos do imperialismo em geral estaremos nos referindo à visão de Lênin.

Os autores mencionados acima abordaram o nascimento do imperialismo a partir de modificações ocorridas no capitalismo. Este surgia com a acumulação de capital pelos grandes monopólios financeiros, que subvertiam as próprias estruturas capitalistas. Na visão de Lênin, emergia não como uma política específica de uma nação ou governo, mas como fase do próprio capitalismo. A partir da dinâmica centralizadora e concentradora do capital surgiam grandes grupos monopólicos que, reunindo capitais industriais e bancários deram surgimento ao capital financeiro<sup>3</sup>, e possibilitaram sua crescente atuação internacional, agora também pela exportação de capitais. Destaca-se o início da atuação internacional do capital de outras potências além da Inglaterra. A disputa entre os monopólios encampa a disputa entre nações e fomenta as tensões interimperialistas que culminam nas duas Guerras Mundiais. Finalmen-

3 Diferente da noção difundida no senso comum de que capital financeiro é equivalente ao capital bancário, na acepção de Lênin, este seria justamente o entrelaçamento dos capitais industriais e bancários.

te, na visão de Lênin, o imperialismo seria uma fase alcançada pelos países altamente industrializados que chegam ao estágio dos monopólios e do capital financeiro, e quando o alcançam subvertem as dinâmicas do sistema capitalista que, como um todo, alcança sua fase imperialista. Este debate propõe novas abordagens das relações internacionais, já que a atuação do capital empurrava consigo os Estados a uma atuação/disputa global. Para Lênin suas principais características seriam:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [ . . . ]; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1917, p. 43).

A colonialidade do poder desenvolve-se como conceito a partir dos debates do Grupo Modernidade/Colonialidade em uma série de encontros que dão início ao chamado “giro decolonial” latino-americano, “termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). O primeiro destes debates se deu em 1998 e “reuniu pela primeira vez autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil” (BALLESTRIN, 2013 p. 97). Os autores buscaram compreender a condição subalterna da América Latina. Conforme a colonização termina, suas formas de dominação se mantêm no que os autores chamam de colonialidade do poder. A colonialidade do poder

emana formas de submissão em diferentes áreas da existência e da subjetividade humana como as colonialidades do ser e do saber. A submissão dos povos colonizados e a sustentação da colonialidade estariam baseadas nos conceitos europeus de raça (e necessariamente superioridade racial) e de modernidade. Ambos os vetores surgem com a colonização da América no intuito de uma categorização (e hierarquização) dos povos conquistados. Por sua vez, a modernidade surgiria em 1492 com a chegada à América e a subalternização do resto do mundo a partir da perspectiva racial eurocêntrica. Cria-se pela primeira vez uma história global, atrelada à história européia, que se coloca como ápice do desenvolvimento humano. Sua superioridade “natural” estaria baseada na superioridade racial do homem branco (racional) em quem está centrada a ideia de modernidade e por isso a possibilidade justificada da exploração dos outros povos por parte dos povos europeus no intuito de modernizá-los, conforme seu modelo. A modernidade justifica assim a invasão e submissão dos povos conquistados de forma que a colonialidade surge como seu lado obscuro (BALLESTRIN, 2013; QUIJANO, 2000; 2014).

Ambos os debates buscam mapear os fundamentos da divisão do globo entre dominantes e dependentes. Enquanto o imperialismo parte da atuação do capital financeiro em fins do século XIX, os decoloniais traçam a colonização americana como marco central da dominação e buscam ainda abranger outros vetores além da dominação do capital/trabalho em que se centra o debate marxista. Acreditamos que a utilização de ambos os aparatos possibilita abranger diferentes formas de dominação no sistema internacional atual, mesmo que partam de premissas diferentes.

## A concepção de Imperialismo

No esforço de aproximar estas perspectivas, Ballestrin (2017) propõe a *Imperialidade* - conceito que atribui a Slater (2011). Se a colonialidade se forma pela dominação que se mantém com o fim do colonialismo, a imperialidade seria formada pelos caracteres próprios ao imperialismo. Em suas palavras, “como o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da Imperialidade, a lógica do imperialismo, na modernidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 519, destaque nosso). A autora sugere ainda “a impossibilidade do exercício da colonialidade sem imperialidade; que essa dinâmica necessariamente relacional constitui duplamente o lado obscuro da modernidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 524).

Sua definição de Imperialismo remete ao entendimento de Mascaro que o percebe como

uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente. A hierarquização é construída e mantida de modo material, por meio das relações sociais práticas e concretas de poder que articulam a economia, a política, a sociedade e a hegemonia tanto dos espaços dominantes quanto dos espaços dominados. Sua constante alimentação econômica é a tendência expansiva do capital, que, embora atrelado a formas políticas nacionais, não encontram nelas o seu limite (MASCARO, 2013, p. 101, *apud* BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Um problema inicial se apresenta na premissa de que “como a colonialidade, a imperialidade sobrevive após o fim do imperialismo formal” (BALLESTRIN, 2017, p. 523) uma vez que o entendimento do imperialismo apresentado não condiz com a ideia de que tenha deixado de existir, já que está baseado na dinâmica do capital. Seguimos.

Diferentemente do imperialismo clássico, ambientado em um sistema competitivo predominantemente interestatal, a imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial (BALLESTRIN, 2017, p. 523).

Este ponto parece confirmar que para a autora o imperialismo clássico tenha terminado para dar lugar à imperialidade. Contrapõe o ambiente competitivo interestatal, que seria o do imperialismo clássico, ao sistema atual que parece entender estar estruturado numa perspectiva de Estado mínimo neoliberal. Contudo nos parece que a importância do Estado vem constantemente sendo renovada na atualidade, com o crescente nacionalismo econômico principalmente entre as grandes potências. Apesar de partir do imperialismo como uma hierarquização do sistema político a partir da reprodução do capital, aqui a autora parece reduzi-lo à política competitiva dos Estados centrais, noção que vem sendo contestada desde o princípio do debate, principalmente por Lênin, por se desdobrar numa perspectiva reformista. Assim parece reduzir por um lado a importância dos agentes não estatais no imperialismo clássico, e por outro a importância da competitividade estatal contemporânea. Segue:

Se a colonialidade exerce uma vocação mundial de certo padrão de poder que pode ser compreendido na hierarquização dos povos, controle das dimensões da vida e divisão global do trabalho, tem-se que este poder é antes imperial do que colonial. Nesse sentido, a imperialidade é a continuação do imperialismo por outros meios. É precisamente aqui que sua movimentação contemporânea deve procurar ser compreendida pela própria movimentação contemporânea do imperialismo (BALLESTRIN, 2017, p. 25).

Se “a imperialidade é a continuação do imperialismo por outros meios” tem-se que o imperialismo terminou em sua forma clássica e

segue atuando por “outros meios”, que se trata da imperialidade. Ou, ainda que coexistam, eles se dão de forma estanque, a imperialidade continuando a atuação do imperialismo, mas por outros meios. Segue apontando que

O imperialismo é um processo relacional, concreto socialmente e, raras vezes, fundado ou explicitado em categorias normativas políticas e jurídicas, embora possa eventualmente comportá-las – como no caso do colonialismo e das suas definições formais entre metrópole e colônia ou, nos tempos presentes, do privilégio assentado formalmente de alguns Estados no Conselho de Segurança da ONU (MASCARO, 2013, p. 101, *apud* BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Se primeiramente a autora aponta que o imperialismo clássico terminou (se mantendo a imperialidade), posteriormente cita Mascaro (2013) que propõe que o imperialismo apenas raramente se formaliza “em categorias normativas políticas e jurídicas” e dentre essas raras formalizações estaria o privilégio assentado na ONU, que se mantém pleno. Poderíamos acrescentar inúmeras outras instituições que mantêm suas decisões restritas aos países centrais (FMI, Banco Mundial, G7, etc<sup>4</sup>). Mesmo utilizando o exemplo citado pela autora temos uma contradição central à ideia de fim do imperialismo “formal”, já que ele raramente se formaliza e suas poucas formalizações permanecem estruturantes das Relações Internacionais. Se o colonialismo de fato termina, de forma que se pode pensar sua continuação por outros meios, o privilégio assentado em “categorias normativas políticas e jurídicas” como no caso das instituições internacionais continua existindo em posição central nas Relações Internacionais. O colonialismo é uma das ma-

nifestações do imperialismo, porém não a única, de forma que o fim do primeiro não causa necessariamente o fim do segundo uma vez que o imperialismo surge da dinâmica do capital. À citação de Mascaro a autora complementa:

A ausência de mecanismos e arranjos explícitos a qual alude Mascaro reforça a noção de informalidade (FLINT E TAYLOR, 2011), nebulosidade (COX, 2005) e invisibilidade (HARDT E NEGRI, 2012) das novas dinâmicas imperiais. E, aqui, observo que sua complexificação – que obstaculiza uma observação empírica direta e que dilui as possibilidades de controle, responsabilidade e responsabilização – encontra na própria dinâmica da governança global um lugar propício para sua reprodução e ampliação (BALLESTRIN, 2017 p. 525).

Apresentam-se aqui novos autores que argumentam pela “informalidade/ nebulosidade/ invisibilidade” das formas de dominação atuais (FLINT E TAYLOR, 2011; COX, 2005; HARDT E NEGRI, 2012). O argumento que se apresenta mais uma vez é que o imperialismo “formal” teria terminado restando os métodos informais de dominação que formariam a imperialidade. Contudo a citação prévia apontava que essas formalizações são raras e as formas de dominação as ultrapassam. Novas formas “nebulosas” não impedem que as formalizações jurídicas e políticas se mantenham e, como no caso das instituições multilaterais já citadas, sejam estruturantes.

Se os métodos formais são raros deve-se considerar a funcionalidade dos informais. Não negamos a agudização atual dessas formas “nebulosas”, contudo elas estão presentes historicamente na dinâmica própria do capital, desde a exploração do mais-valor a partir do trabalho assalariado, até a forma do Estado supostamente neutro no capitalismo e nos mecanismos das democracias liberais. Se a autora entende que

<sup>4</sup> Entre outros, esses exemplos nos fazem crer que as normativas jurídicas e políticas do imperialismo parecem ser mais comuns do que Mascaro dá a entender.

o imperialismo tenha terminado formalmente não aponta tampouco em que momento ele tenha deixado de existir uma vez que suas instituições se mantêm.

## Agentes não estatais e Intencionalidade

Ballestrin ressalta também o papel de atores não estatais apontando que a

imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial. Isto não significa dizer que não possuem agência, intenção, cálculo ou racionalidade (BALLESTRIN, 2017, P. 527).

Aqui em parte concordamos que o imperialismo não é necessariamente reproduzido apenas pelos Estados ou por agentes com intenção, contudo discordamos que essa seja (ou tenha sido algum dia) sua marca essencial. Lembramos que já no debate clássico Lênin apontava o imperialismo como derivado da dinâmica do capital, que arrastava consigo a atuação estatal, assim envolvem-se na atuação imperialista não apenas agentes estatais, mas capitalistas e por vezes trabalhadores dos países centrais que teriam mais ou menos intencionalidade imperial o mesmo vale para agentes locais que acabam envolvidos e cooptados para a atuação empresarial *in loco*. Além disso, lembramos ainda da utilização das artes na criação do ideal de modernidade e superioridade europeia e mesmo de determinadas ciências como a antropologia, cujos expoentes tinham maior ou menor intenção.

Por outro lado nos parece que essa intencionalidade poderia ser melhor definida. Trata-se de intenção por parte de quem? Dos Estados, do capital ou dos agentes que atuam diretamente? Por exemplo, uma organização de

atuação internacional pode não ter uma intenção imperialista explícita ainda que seu Estado de origem tivesse quando financiou sua internacionalização, ou vice-versa. Ademais, que intenção seria essa? Trata-se da intenção de subalternizar determinadas regiões em benefício de outras ou simplesmente de explorar a mais-valia e reproduzir o capital fora de seu Estado de origem? Parece-nos ainda que a possibilidade dessa “não intencionalidade” já existia na fase do imperialismo clássico e que por trás da não intencionalidade continua existindo a lógica da reprodução do capital, que é o processo central do imperialismo. Historicamente é a atuação internacional dos grandes grupos capitalistas que arrasta seus Estados à atuação e ao conflito internacional na disputa por áreas de influência e não o contrário. A intencionalidade que está sendo questionada parece se limitar à de uma atuação estatal expansiva e não do capital, já que esta (a da reprodução ampliada) existia no imperialismo formal e continua existindo. Aqui a perspectiva de imperialismo parece partir da atuação estatal e não da reprodução do capital.

Ademais, existindo ou não um desejo imperial, as entidades de atuação imperialista acabarão tendo maior espaço e incentivo de atuação como disponibilidade de capital ou espaço midiático etc. Este processo se reproduz em diversos setores que possam ser lucrativos ou que precisem ser desarticulados. Sindicatos pelegos ou movimentos de cariz liberal podem não ter como intenção central desmobilizar a classe trabalhadora, contudo sua atuação será facilitada e incentivada por setores do capital visando esse embate com movimentos mais radicais ou combativos.

Destacamos ainda que apesar das formas “nebulosas” de atuação imperialista, a atuação explícita se mantém presente. Além das insti-

tuições internacionais desiguais pode-se apontar a crescente intervenção unilateral norte-americana no mundo, principalmente a partir de 2001 com a Guerra ao Terror e mais recentemente no tensionamento com a China e a atuação direta e pesada do Estado estadunidense no boicote a empresas chinesas etc. Se por um lado o colonialismo termina com as guerras de independência, não há um rompimento similar com as instituições ou dinâmicas imperialistas de forma que dificulta a percepção de onde termina o imperialismo e onde inicia a imperialidade.

## Governança Global

Outra crítica que se desenrola é sobre o entendimento de governança global. Ballestrin parece entender a governança global como um meio do qual o imperialismo e a imperialidade se utilizam e não como parte integrante do imperialismo. Arrisca-se assim a des-historicizar a constituição das instituições internacionais e a influência dos Estados centrais (principalmente dos EUA) em sua constituição. Parece incompatível com o processo histórico, que mostra essas instituições servindo de esteio do imperialismo, mantendo os círculos decisórios restritos e sendo ignoradas nas raras vezes que se opõem a alguma atuação imperialista (como na invasão norte-americana no Iraque apesar da decisão contrária da ONU). A governança global não se sobrepõe nem é exterior ao poder imperialista, não podendo ser entendida apenas como estrutura funcional, na prática, forma parte essencial da dominação imperialista e amarra a atuação internacional do globo (através de sanções, estrangimentos e no limite intervenções armadas) às regras das grandes potências que por sua vez não são obrigadas a acatá-las. Por outro

lado, estas estruturas mantêm-se (como é próprio ao capitalismo e às relações internacionais) como espaço de luta de diversos agentes.

Finalmente Ballestrin parece aceitar a ideia de diminuição do Estado, tão difundida no neoliberalismo quando aponta que a globalização neoliberal desafia “a validade dos princípios constitutivos do Estado moderno – soberania, autonomia, legalidade, territorialidade” (BALLESTRIN, 2017, p. 527) e que “a governança sem governo está intimamente relacionada com o imperialismo sem império” (BALLESTRIN, 2017, p. 527). Ora, no que tange os países centrais não há nada que indique que esses princípios vêm sendo desafiados, pelo contrário parecem ser reforçados a partir de sua crescente atuação internacional. Como exemplos temos a extraterritorialidade da lei norte-americana, a atuação violenta contra refugiados nas fronteiras da Europa e dos EUA, atuação imperialista na Síria, o atual atrito comercial com a China, o veto ao programa nuclear iraniano etc. Assim, esses princípios constitutivos do Estado moderno vêm sendo relativizados apenas no que favorece a atuação do capital, fator essencial ao imperialismo e não contrário a ele. Concomitantemente não nos parece que estes princípios foram alguma vez levados a sério no que tange aos países periféricos. A atuação indiscriminada do capital imperialista no mundo restringiu em geral os princípios Westfalianos às potências capitalistas desde sua instauração<sup>5</sup>, qualquer empecilho à atuação internacional do capital imperialista mostrou a pouca importância que estes princípios tiveram *de facto*, como ainda parecem ter para a atuação imperialista.

Se o imperialismo hoje tem a necessidade de fluxos livres de capital, isso se dá a partir do papel central do dólar na economia global, es-

<sup>5</sup> Exemplos históricos não faltam, como as Guerras do Ópio, entre tantos outros.

teio do imperialismo atual. Mesmo que queiramos apontar o centro do poder norte-americano atual exclusivamente no papel de sua moeda na economia global, lembramos que este poderio não pode ser dissociado da capacidade militar de intervenção global dos EUA. Além disso, este processo apenas destaca o poder do Estado estadunidense como interventor global já que aumenta seu poder de controle dos fluxos de capital que passam por seu sistema financeiro, vantagem bem utilizada pelo Estado para promover sanções unilaterais a atores dissidentes como a Venezuela ou Irã.

## Breves Considerações Finais

A diminuição das áreas de atuação estatais e a ascensão de novos atores imperialistas globais longe de simbolizar o fim do imperialismo parecem indicar seu fortalecimento que se utiliza da globalização neoliberal para um novo formato de dominação. Se acreditarmos que as normas cada vez mais frouxas à atuação do capital e das instituições multilaterais são apenas estruturas funcionais ao imperialismo, caímos no risco de des-historicizar sua criação e entendê-las como neutras (mesmo que funcionais ao imperialismo). Nesta lógica possibilitamos a ideia de superação do imperialismo dentro do capitalismo que já se mostrou desastrosa, além de perdermos de vista as novas formas de atuação estatal na dominação. Esses são pontos centrais da crítica que buscamos aqui construir e que em nossa percepção atrapalham a potencialidade presente na proposta da imperialidade, como uma estrutura que conjuga imperialismo e colonialidade.

Em nossa percepção um dos pontos problemáticos da proposta é a concepção de que as formas estatais de atuação imperialista vêm sendo

diminuídas e não se entrelaçando com diferentes maneiras de atuação dentro e fora do Estado. Não se pode partir do discurso de diminuição do Estado já que mesmo organizações que se afirmam não governamentais têm laços profundos com os Estados de origem, mas principalmente com a reprodução da lógica capitalista. Parece-nos que a autora superestima o papel do Estado no imperialismo clássico entendendo o imperialismo a partir da atuação estatal e não da atuação capitalista. Por outro lado subestima o papel estatal no imperialismo atual, aproximando-se de noção neoliberal de Estado mínimo. Ademais parece colocar a “governança global” como entidade exterior ao imperialismo e por ele utilizada quando reivindicamos que esta não pode ser pensada a partir de uma ideia de neutralidade ou exterioridade ao imperialismo.

Finalmente, ressaltamos a importância da imperialidade como categoria analítica que agregue as dinâmicas da colonialidade do poder à análise, por exemplo, da divisão racial e de gênero do trabalho, central ao imperialismo. Contudo acreditamos ser contraprodutivo partir da percepção de fim do imperialismo formal pela perda de importância dos Estados, noção que a nosso ver vem sendo contestada pela realidade contemporânea cotidianamente.

## Referências Bibliográficas

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, ed. 11, p. 89 - 117, maio-agosto 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext). Acesso em: 15 set. 2020.
- BALLESTRIN, L. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, ed. 2, p. 505 - 540, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582017000200505&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582017000200505&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 15 set. 2020.
- COX, Robert. Global Perestroika, in R. Wilkinson (ed.), **The Global Governance Reader**. UK, Routledge, 2005.
- FLINT, Colin; TAYLOR, Peter. **Political Geography: World Economy, Nation State and Locality**. UK, Pearson Education, 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. (2012), **Império**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. [S.l.: s.n.], 1917.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo, Boitempo. 2013.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, EDGARDO (orgs). **Colonialidad del saber. Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000, pgs. 201 a 249. Disponível em: [https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar\\_libro\\_resultado.php?campo=titulo&texto=colonialidad+del+saber&imageField.x=0&imageField.y=0](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_resultado.php?campo=titulo&texto=colonialidad+del+saber&imageField.x=0&imageField.y=0). Acesso em 15 set. 2020

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Clacso, 2014, pgs. 285-330. Disponível em: [https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\\_detalle.php?id\\_libro=871](https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=871). Acesso em: 15 set. 2020.

SLATER, D. "Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Commentary on Arturo Escobar's Paper". **Cultural Studies**, vol. 25, n 3, pp. 450-458. 2011.